

Florianópolis
2025



CONSELHEIROS

Herneus João De Nadal – Presidente

José Nei Alberton Ascari – Vice-Presidente

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior – Corregedor-Geral

Wilson Rogério Wan-Dall – Supervisor da Ouvidoria

Luiz Roberto Herbst – Supervisor do Instituto de Contas

Luiz Eduardo Cherem

Aderson Flores

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Cleber Muniz Gavi

Gerson dos Santos Sicca

Sabrina Nunes locken

PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/SC

Cibelly Farias – Procuradora-Geral

Sérgio Ramos Filho – Procurador-Geral Adjunto

Diogo Roberto Ringenberg

Leandro Ocaña Vieira

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ACOM)

Diretor: João José Pereira Cavallazzi

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO DO CONTEÚDO

Rafael Tachini de Melo

TEXTOS

Alessandro Marinho de Albuquerque
Gerson dos Santos Sicca
Leandro Granemann Gaudêncio
Lucas Valente Favaretto
Maiara Anger
Rafael Tachini de Melo
Raphael Périco Dutra
Silvio Bhering Sallum

REVISÃO GRAMATICAL

Nathalia Helen Machado Coêlho

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

André Gonçalves Martins (DRT/SC 03057 DG)
Ayrton Cruz
Marina Barbi Taranto (Estagiária)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S231p Santa Catarina. Tribunal de Contas do Estado.
 Projeto TCE Educação. Florianópolis: TCE/SC,
 2025.

40 p.

1. Educação. 2. TCE Educação – Projeto. I. Título.
II. Tribunal de Contas de Santa Catarina.



Sumário

5 Apresentação

7 Monitoramento das metas dos Planos de Educação

10 O que foi o Projeto TCE Educação?

12 O que é o Projeto Lume?

14 O que é o Prêmio Lume?

16 Programa TCE Educação

21 Como o Programa TCE Educação foi instituído?

23 Resultados e benefícios à sociedade

26 Índice ICMS Educação de Santa Catarina

31 Além do cálculo do Índice ICMS Educação: utilizando os indicadores para induzir melhorias

35 Projeto de apoio do controle externo à gestão da educação

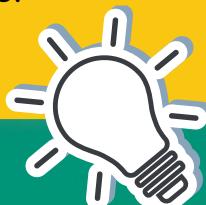
Apresentação

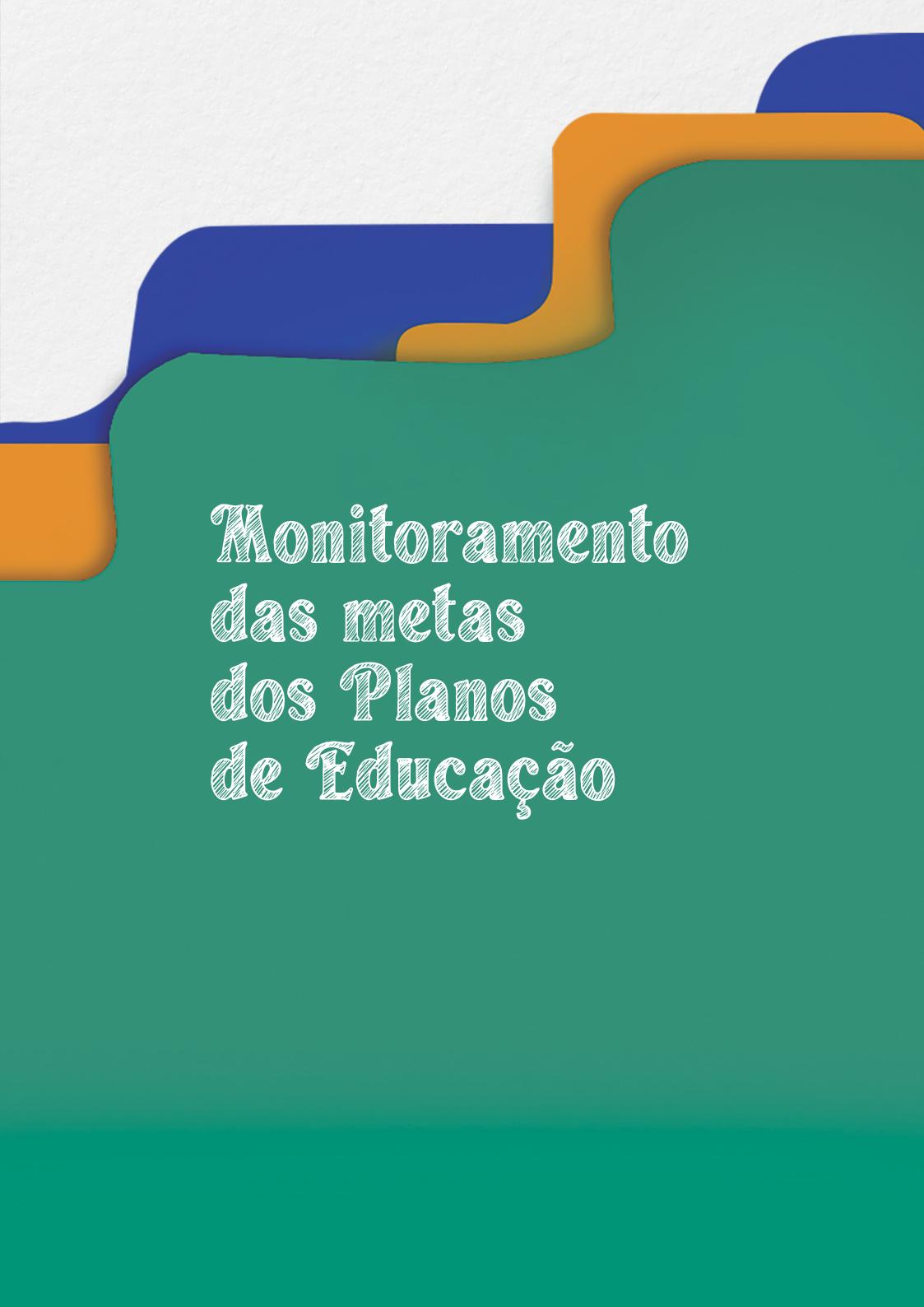
O controle da política pública de educação é nossa prioridade. O TCE/SC tem como objetivo ser o Tribunal da Governança Pública Catarinense, adotando modelo de controle que contribua para o aprimoramento da gestão e em benefício da população. Para isso, a governança de tecnologia da informação e comunicação da Instituição enxerga a transformação digital e a inovação como meios para adaptar o controle externo às demandas vindas da sociedade. Sob essas condições é que se estabelece a governança do controle da política pública da educação, estratégia que articula vários setores do TCE/SC.

A missão de assegurar que os recursos públicos sejam bem aplicados e se transformem em resultados positivos para os estudantes das escolas públicas de Santa Catarina é cumprida com iniciativas realizadas pelas diretorias responsáveis pela fiscalização e análise de dados. Nesse contexto, o Tribunal de Contas catarinense articula suas ações sob supervisão da Relatoria Temática da Educação. Neste material você poderá compreender como o esforço do TCE/SC contribui para a educação catarinense, e de que forma é estruturado o trabalho que vem garantindo a avaliação máxima no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) no quesito educação.

Basicamente, são quatro as linhas de atuação articuladas pelo Programa TCE Educação:

- 1 Monitoramento das metas dos Planos de Educação;
- 2 Programa TCE Educação;
- 3 ICMS Educação;
- 4 Projeto de Apoio do Controle Externo à Gestão da Educação.





Monitoramento das metas dos Planos de Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pela Lei n. 13.005/2014, prevendo 20 metas e 254 estratégias para a educação brasileira. Estados e municípios também aprovaram os seus Planos de Educação.

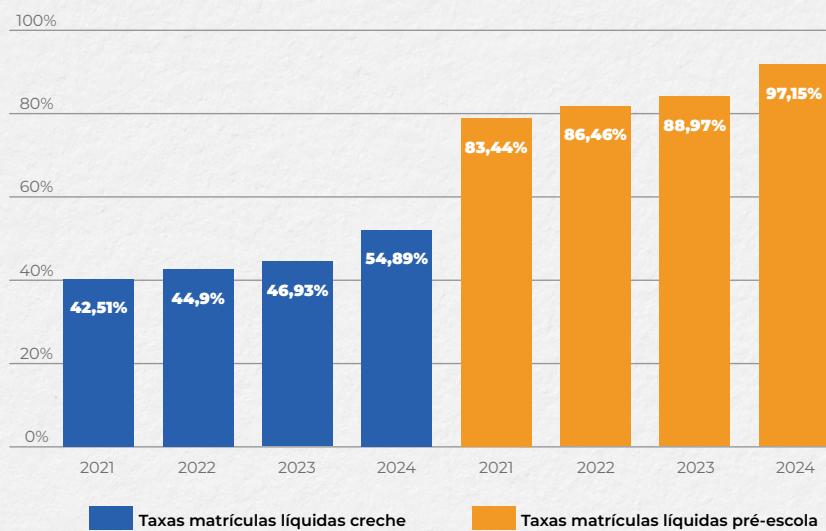
O monitoramento e controle da execução das metas dos Planos Estadual e Municipais de Educação estava entre os objetivos do Projeto TCE Educação, criado em 2018, que buscou a formação de base de dados da educação e de ferramentas para cumprir a Resolução n. 03/2015 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), que estabeleceu diretrizes para o controle externo da educação.

Dentre os resultados, destacam-se os painéis de monitoramento dos Planos de Educação desenvolvidos pelo TCE/SC em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), o Ministério Público de Contas (MPC-SC) e outras 10 entidades² no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica n. 007/2019 (Projeto Lume), com dados sobre metas relacionadas ao acesso à educação infantil e fundamental, à qualidade e ao financiamento da educação, entre outros. Os dados estão disponíveis na internet e são utilizados na análise das contas anuais, em fiscalizações e como ferramenta de controle social.

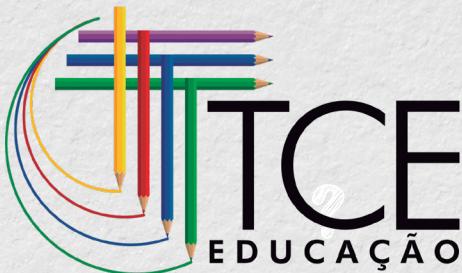
O monitoramento dos Planos de Educação permite que o Tribunal de Contas acompanhe anualmente o estágio de execução das metas, como em relação à meta 1 do PNE, objeto de atenção do Projeto Lume desde o seu início.

2 Disponível em: <https://lume.tce.sc.gov.br/>. Acesso em: 7 out. 2025.

Taxas de atendimento em creche e pré-escola de Santa Catarina desde o início da medição



Fonte: Elaborado pela área técnica do TCE/SC a partir de dados do Censo Escolar.



>O que foi o Projeto TCE Educação?

O Projeto TCE Educação foi um plano tático integrado ao Planejamento Estratégico do TCE/SC para o período de 2017 a 2022.

Os recursos para sua execução foram estabelecidos conforme a capacidade das diretorias técnicas envolvidas, para que gradualmente adotassem as ações às rotinas de trabalho.

Foram planejadas 33 (trinta e três) ações, definidas na Portaria N. TC-0374/2018 (alterada pela Portaria N. TC-968/2019), envolvendo a implementação do próprio projeto e o incremento da fiscalização e transparência na área da educação, com privilégio de uso da tecnologia da informação de modo a maximizar resultados, tendo como principais vetores:

1

monitoramento de metas e estratégias dos Planos de Educação;

2

planejamento e execução da fiscalização dos Planos de Educação;

3

análise do planejamento e execução dos orçamentos da educação;

4

capacitação e orientação para gestores públicos e membros de conselhos da área da educação; e

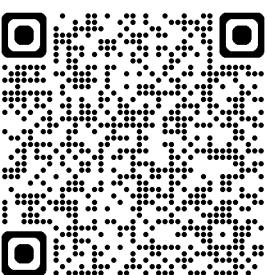
5

transparência, controle social e relacionamento com a sociedade civil.

Para cumprimento desses vetores, foi privilegiado:

- a) o acesso a bases de dados confiáveis e a definição de parâmetros para o monitoramento;
- b) o uso da tecnologia da informação; e
- c) a relação interinstitucional e o diálogo com gestores e vários atores da educação.

O objetivo principal do Projeto TCE Educação foi preparar a Instituição para o controle focado nos resultados da política pública. Com o cumprimento da sua finalidade, o Projeto TCE Educação foi sucedido pelo Programa TCE Educação.



Acesse o documento de conclusão do Projeto TCE Educação.



Lume

O que é o Projeto Lume?

O Projeto Lume, designação adotada para informar as ações do Acordo de Cooperação Técnica n. 007/2019, tem por propósito principal o desenvolvimento de painéis para o monitoramento das metas do Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais de Educação de Santa Catarina.

Em cada um deles, é possível navegar por diferentes categorias e públicos contemplados nas metas, além de usar filtros para buscar dados específicos, como período, município e região.

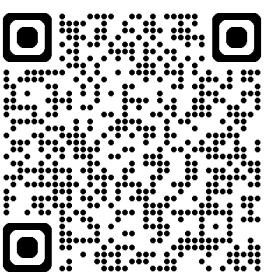
A cooperação de vários órgãos e entidades decorreu da necessidade de definição de base de dados estruturada local e comum para acompanhamento das taxas de atendimento definidas nas metas, incluindo a metodologia para estimativa populacional atualizada dos municípios catarinenses, elaborada pelo TCE/SC para essa finalidade, e consideração das taxas de atendimento definidas pelos planos de educação estadual e municipais, informação que foi estruturada pelo Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (Cije), do MPSC. Tais características não eram supridas pelos painéis e ferramentas de monitoramento desenvolvidos no âmbito nacional.

As partes do acordo se reúnem bimestralmente para avaliar as iniciativas, definir passos futuros e discutir temas importantes da política educacional.

O Projeto Lume valoriza a educação como ferramenta fundamental de desenvolvimento humano, social e econômico do Estado de Santa Catarina, o que é concretizado pelo Prêmio Lume: Escola Referência, atualmente em sua 3^a edição.



Reunião de representantes das partes do Acordo



Conheça o site do Projeto Lume.



3 que é o Prêmio Lume?

O “Prêmio Lume: Escola Referência” identifica e premia escolas públicas estaduais e municipais de referência, tendo como objetivos:

-  incentivar os avanços educacionais aferidos pelo ICMS Educação em Santa Catarina;
-  apurar e estimular o cumprimento dos objetivos, metas e estratégias definidos em lei para as políticas públicas de educação básica dos municípios e do Estado de Santa Catarina;
-  apoiar o desenvolvimento de experiências educacionais inovadoras que atendam à diversidade cultural e à inclusão;
-  incentivar a participação e a troca de experiências entre profissionais da educação na realização de projetos inovadores e criativos para a educação pública, formando uma rede de boas práticas;
-  valorizar a atuação de estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar, em prol da educação pública.

A cada ano é anunciada a premiação para as vencedoras, viabilizada em cada edição pelos partícipes do Acordo de Cooperação Técnica. Em 2024, o TCE/SC garantiu a participação de dois profissionais da educação de cada escola vencedora em 2023 no Simpósio Nacional de Educação (Sined), realizado em Teresina (PI). Graças ao apoio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), a comitiva também pôde visitar a rede municipal de Oeiras (PI), referência nacional em educação, além do Parque Nacional da Serra da Capivara.

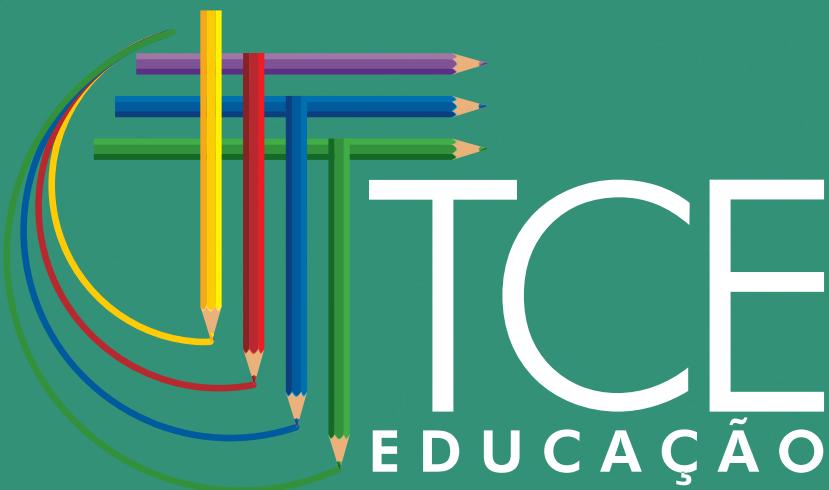


Cerimônia de premiação da 1ª edição do Prêmio Lume: Escola Referência, realizada em Chapecó, em setembro de 2023



Comitiva das escolas vencedoras da 1ª edição do Prêmio no VI Sined, acompanhada de servidores do TCE/SC, na cidade de Teresina/PI, em junho de 2024

PROGRAMA



O Programa TCE Educação, instituído pela Portaria N. TC-751/2023 articula as linhas da fiscalização da política educacional. As ações potencializam os meios implantados pelo Projeto TCE Educação, ampliando o uso de dados e o volume de fiscalizações. O Programa TCE Educação estrutura a governança do controle da política de educação, de forma alinhada à governança estratégica de tecnologia de informação do TCE/SC.

O programa está integrado à implantação das relatorias temáticas no TCE/SC pela Resolução n. TC-157/2020. Houve a criação, sob a supervisão da Relatoria Temática da Educação, de sistemática para o fluxo de trabalho da fiscalização nas diversas áreas de atuação, a fim de melhor definir prioridades e objetivos. O fluxo baseia-se nas ferramentas de tecnologia da informação desenvolvidas pelo TCE/SC: o VigIA e o GuIA, assim como o Sistema de Comunicação com as unidades gestoras.

Essas ferramentas possibilitam a fiscalização concomitante da aplicação dos recursos públicos da educação e a aderência da ação dos gestores às metas previstas nos Planos de Educação e às diretrizes legais para as políticas públicas de educação.



Ferramentas de tecnologia da informação desenvolvidas pelo TCE/SC



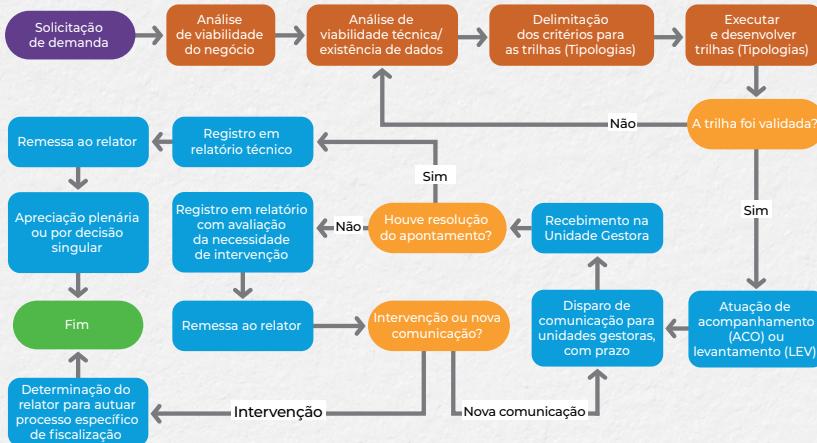
VigIA: emprega modelo de inteligência artificial capaz de identificar irregularidades, possibilitando a avaliação prévia de editais e a seleção assertiva daqueles que serão analisados mais criteriosamente.



GuiA: sistema criado para concentrar os possíveis achados (indícios) de irregularidades para os auditores analisarem e tomarem uma ação de controle associada. No ecossistema analítico do TCE/SC, é considerado como o cockpit do auditor.



Sistema de Comunicação: permite a comunicação direta com o controle interno das unidades jurisdicionadas do Tribunal.



No Programa TCE Educação, cada diretoria técnica estabeleceu suas prioridades após diálogos no Grupo TCE Educação, autuando procedimentos de acompanhamento para verificar, de maneira concomitante, diversos temas.

Atualmente, estão em andamento procedimentos para:

- análise dos editais para contratação de transporte escolar;
- verificação dos quadros de professores efetivos e temporários;
- análise da regularidade dos alvarás de funcionamento das escolas;
- avaliação do percentual aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (Fundeb), comparando os dados do Siope e do e-Sfinge.

O Programa TCE Educação é o espaço de intercâmbio de informações entre as diretorias e a definição de diretrizes de atuação do controle externo. Além do fluxo de tratamento de dados estabelecido, vários aspectos têm recebido o olhar do controle, tais como condições estruturais das escolas indígenas, oferta de educação digital, segurança no ambiente escolar, regularidade das contratações para a aquisição de materiais didáticos como *kits* de robótica, validação de dados remetidos ao Siope, aspectos da gestão de pessoas (profissionais temporários e piso do magistério, entre outros), e visita a escolas para aferir aspectos do Indicador de Qualidade das Escolas de Santa Catarina (IQESC).





Como o Programa TCE Educação foi instituído?

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria N. TC-0647/2022 elaborou a estratégia coordenada do controle externo, tanto sob o enfoque da regularidade quanto operacional, para a instituição de programa de fiscalização em educação em larga escala, aproveitando-se das bases de dados e recursos tecnológicos disponíveis.

O Grupo de Trabalho estabeleceu os seguintes objetivos:

- I a consolidação de estratégias de fiscalização e articulação de ações das diretorias de controle externo na área da educação com base em dados;
- II a definição de fluxo de trabalho uniforme da atuação das diretorias de controle externo na área da educação;
- III. a necessidade de desenvolver estratégia de acompanhamento das escolas e das medidas de gestão educacional, tendo em vista as responsabilidades do Tribunal de Contas no tocante ao painel ICMS Educação, conforme o art. 3º, II, da Lei n. 18.489, de 22 de agosto de 2022.

O Laboratório de Inovação de Controle Externo (Lince) do TCE/SC coordenou a realização de oficinas para a elaboração do fluxo processual adequado para o tratamento de dados no controle da política de educação.

Para alcançar tais objeti-

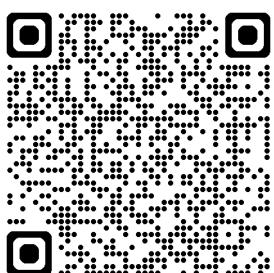


- Construir, de forma clara, o que se deseja alcançar com o programa;
- Refletir sobre o programa. Qual o objetivo? Por que ele é importante ao TCE/SC?
- Mapear o que já foi discutido pela equipe: estrutura mínima, fontes de dados, riscos, atores (*stakeholders*), etapas do fluxo, certezas e dúvidas;
- Auxiliar na definição das entregas, responsáveis e prazos;
- Apresentar ferramentas para auxiliar no gerenciamento das atividades;
- Auxiliar na construção colaborativa do fluxo processual.

vos, as oficinas tiveram os seguintes propósitos:

O resultado das atividades do Grupo de Trabalho constitui a base do Programa TCE Educação. Exemplo da utilização do fluxo criado é a fiscalização das licitações do transporte escolar, permitindo a realização do objetivo de ampliar a abrangência do controle e o uso estratégico dos dados acessados pelo TCE/SC. O aprendizado gerado pela estratégia de tratamento de dados para o controle permitiu outras atividades importantes, como a verificação da consistência e regularidade de dados referentes a programas de concessão de bolsas para o ensino superior (Universidade Gratuita e Fumdesc),

e a disponibilização, no Portal Lume, de painel de informações sobre a alimentação escolar na rede estadual de ensino, com dados compartilhados.



Acesse o painel da alimentação escolar da rede estadual de ensino.



dos pela Secretaria de Estado da Educação.

Resultados e benefícios à sociedade

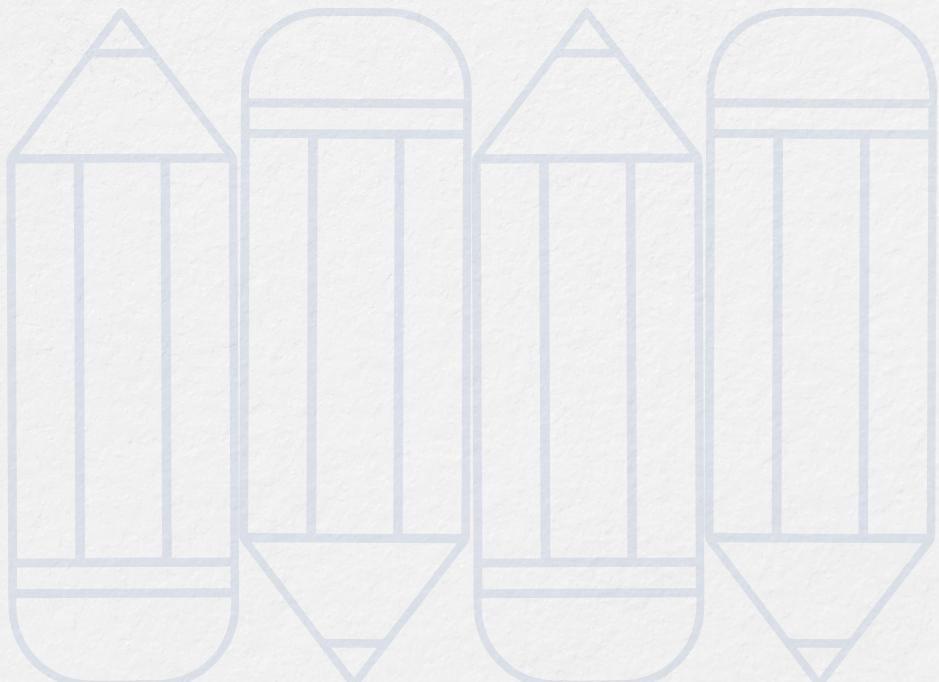
Veja trabalhos destacados na área de educação realizados pelo TCE/SC após o início do Programa TCE Educação e resultados e benefícios alcançados:

TRANSPORTE ESCOLAR E INFRAESTRUTURA	
Ações	Resultados
Acompanhamento dos editais de contratação de transporte escolar.	<ul style="list-style-type: none">Acompanhamento de 164 municípios catarinenses;Análise de 261 editais no período de 4/2024 a 6/2025, com identificação de irregularidade em 180 editais (68%);28 mil alunos destinatários dos serviços a serem contratados pelas licitações analisadas.
Fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviço de transporte escolar dos alunos dos ensinos fundamental e médio no exercício de 2024, no município de São Joaquim.	<ul style="list-style-type: none">Melhoria dos controles adotados pela Prefeitura sobre a distância efetivamente percorrida pelos veículos que prestam o serviço.
Os resultados dos trabalhos acima contribuíram para a elaboração de <i>checklist</i> de contratação de serviços de transporte escolar publicado pelo TCE/SC.	
Verificação da infraestrutura das escolas indígenas da rede estadual de ensino	<ul style="list-style-type: none">Vistoria <i>in loco</i> de 20 das 33 escolas indígenas da rede estadual, alcançando 2.243 alunos (81,56% dos matriculados).Processo em curso para a resolução das inconsistências identificadas.

Fonte: Área técnica do TCE/SC.

ENSINO SUPERIOR	
Ações	Resultados
Avaliação de projeto de lei do Poder Executivo para instituição de programa de incentivo ao ensino superior relativo à concessão de bolsas aos alunos de entidades de ensino superior.	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de voto do Plenário trouxe contribuições acerca da necessidade de proteção e priorização do investimento na educação básica, o que culminou na aprovação da Emenda Constitucional n. 90/2023, acrescentando o § 2º ao art. 170 da Constituição Estadual.
Análise de 35.493 bolsas concedidas por programas de apoio a alunos de entidades de ensino superior, mediante cruzamento de dados de renda e patrimônio, resultando na apuração de inconsistências em 15.649 benefícios.	<ul style="list-style-type: none"> Aprovada a Lei n. 866/2025, com a melhoria nos critérios e controles adotados na concessão da bolsa de estudos, os quais foram feitos com base nas sugestões de aperfeiçoamento do TCE/SC, conforme registrado na exposição de motivos do projeto de lei.

Fonte: Área técnica do TCE/SC.



PROFESSORES E GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Ações	Resultados e benefícios
<p>Autuação de inspeções (RLIs) para avaliar o atendimento da Meta 18 do Plano Nacional de Educação, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ao Piso Nacional do Magistério; • Existência de Plano de Carreira do Magistério nos municípios; • Regulamentação da gestão democrática e participação da comunidade escolar no processo de escolha dos diretores. 	<ul style="list-style-type: none"> • 61 processos autuados desde 2020; • 37 processos tiveram decisões definitivas que atestaram o pagamento do piso nacional do magistério e o cumprimento da gestão democrática.
<p>Autuação de inspeções para avaliar o atendimento da Estratégia 18.1 do Plano Nacional de Educação, que trata da proporção de professores efetivos e professores temporários (ACT).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 45 processos autuados desde 2017, incluindo os 20 maiores municípios de Santa Catarina e a Secretaria de Estado da Educação; • Planos de ação apresentados pelos municípios para o cumprimento da estratégia em 16 processos, os quais são objeto de monitoramento; • Autuação de acompanhamento único para verificação contínua do cumprimento da estratégia nos 295 municípios catarinenses, considerando que a pesquisa inicial para o procedimento indicou que somente 11 municípios catarinenses atendem a meta prevista nos seus respectivos planos municipais.

Fonte: Área técnica do TCE/SC.

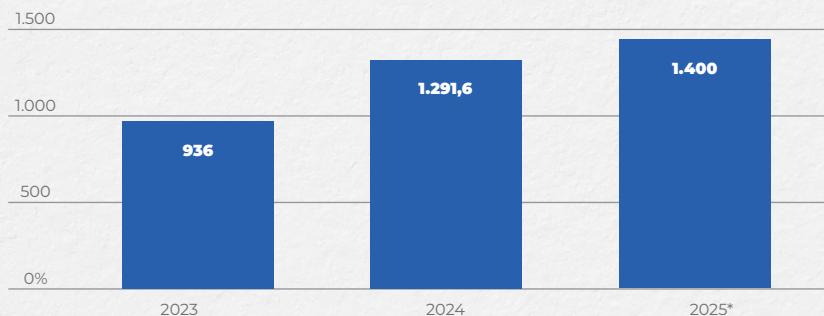


ÍNDICE ICMS EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

O Índice ICMS Educação, formado pelo Indicador de Qualidade das Escolas de Santa Catarina (IQESC) e por dados da educação infantil (Meta 1 do PNE) e de tempo integral (Meta 6) dos municípios, teve sua fórmula definida em trabalho da equipe da Diretoria de Atividades Especiais do TCE/SC, a partir das discussões do grupo de trabalho instituído pela Portaria P/1587, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, e que contou com representantes de 10 entidades.

A metodologia foi adotada pela Lei Estadual n.18.489/2022 para a distribuição de parcela da cota-parte municipal do ICMS Educação em atenção aos resultados de aprendizagem, ao aumento da equidade e considerando o nível socioeconômico dos educandos, conforme exige o art. 158, § 1º, da Constituição Federal. O ICMS Educação foi responsável pelos seguintes repasses nos últimos 3 anos:

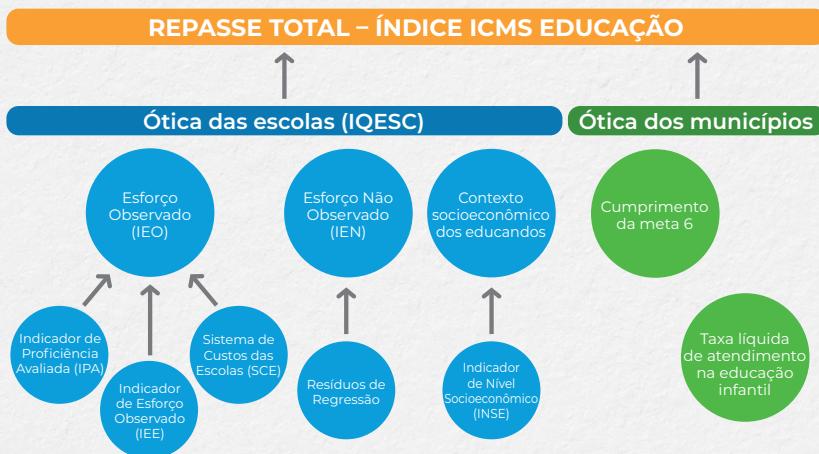
Valores repassados de 2023 a 2025 aos municípios catarinenses pelo cálculo do ICMS Educação (valor nominal em milhões de reais)



* Estimativa de repasse para 2025.

Fonte: ACO 25/80019256.

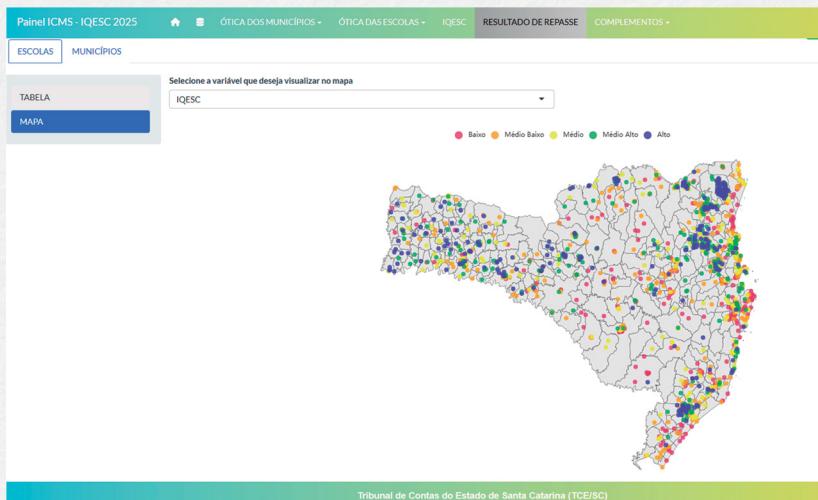
Apresentado na forma de painel de indicadores, a metodologia contempla variáveis que chegam ao nível de cada escola e integra metas e estratégias do Plano Nacional de Educação. Considera tanto insumos (gestão escolar, infraestrutura, professores), quanto proficiência (aprendizagem). Traz como diferencial para o repasse um olhar que vai além dos dados socioeconômicos das escolas, possibilitando, por meio de modelo matemático, beneficiar escolas que tiveram avanço na aprendizagem em situações desafiadoras.



Fonte: Painel ICMS Educação 2025.

Os painéis apresentam, de maneira georreferenciada no mapa, todas as escolas municipais que alcançam parâmetros mínimos de participação no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para obtenção do IDEB. Com a recente criação do Sistema Estadual de Avaliação do Estado de Santa Catarina (Seaesc), todas as escolas terão suas avaliações consideradas no ICMS Educação.

Mapa do Painel com as escolas georreferenciadas



Dessa maneira, o Índice ICMS Educação apresenta olhar multidimensional da educação pública, permite o mapeamento de prioridades pela gestão e serve de parâmetro para as iniciativas do controle externo e do controle social.



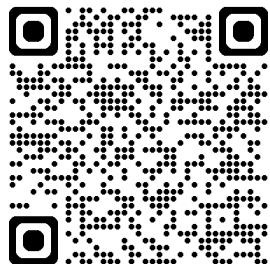
Visite o Painel do ICMS
Educação e o IQESC
das escolas municipais.



IQESC
INDICADOR DE QUALIDADE
DAS ESCOLAS
de Santa Catarina

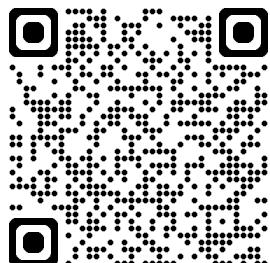
Como desdobramento do trabalho do ICMS Educação, foram criados mais dois painéis:

- O Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses, que dispõe de mapas e tabelas de variáveis de infraestrutura das escolas municipais e estaduais, formando o Indicador de Infraestrutura.



*Saiba mais sobre a infraestrutura
das escolas catarinenses.
Entre no painel pelo QR Code.*

- O Painel IQESC Estadual apresenta os dados das escolas estaduais da mesma maneira que o IQESC das escolas municipais utilizados para o Índice ICMS Educação.



*Explore o IQESC Estadual.
Visite o painel pelo QR Code ao lado.*



Além do cálculo do Índice ICMS Educação: utilizando os indicadores para induzir melhorias

A participação do TCE/SC vai além do cálculo do Índice ICMS Educação, havendo efetiva atuação sob a perspectiva do controle externo dialógico e indutor da política pública educacional, com ações voltadas ao atendimento dos municípios catarinenses para apresentar os indicadores e as necessidades de pontos de melhoria da gestão.

Confira números que mostram o acompanhamento do ICMS Educação pelo TCE/SC nos anos de 2022 a 2025:



atendimentos
virtuais

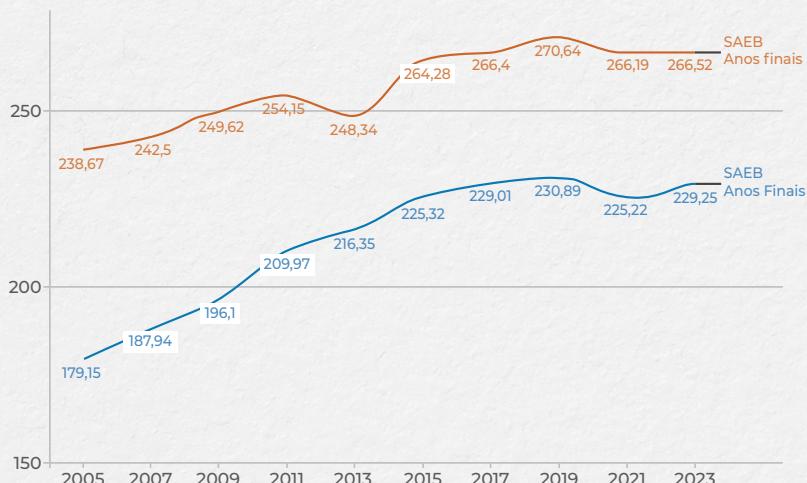


edições de ciclos
de palestras realizadas
em 2023 a 2025, com
atendimentos presenciais
individuais no evento

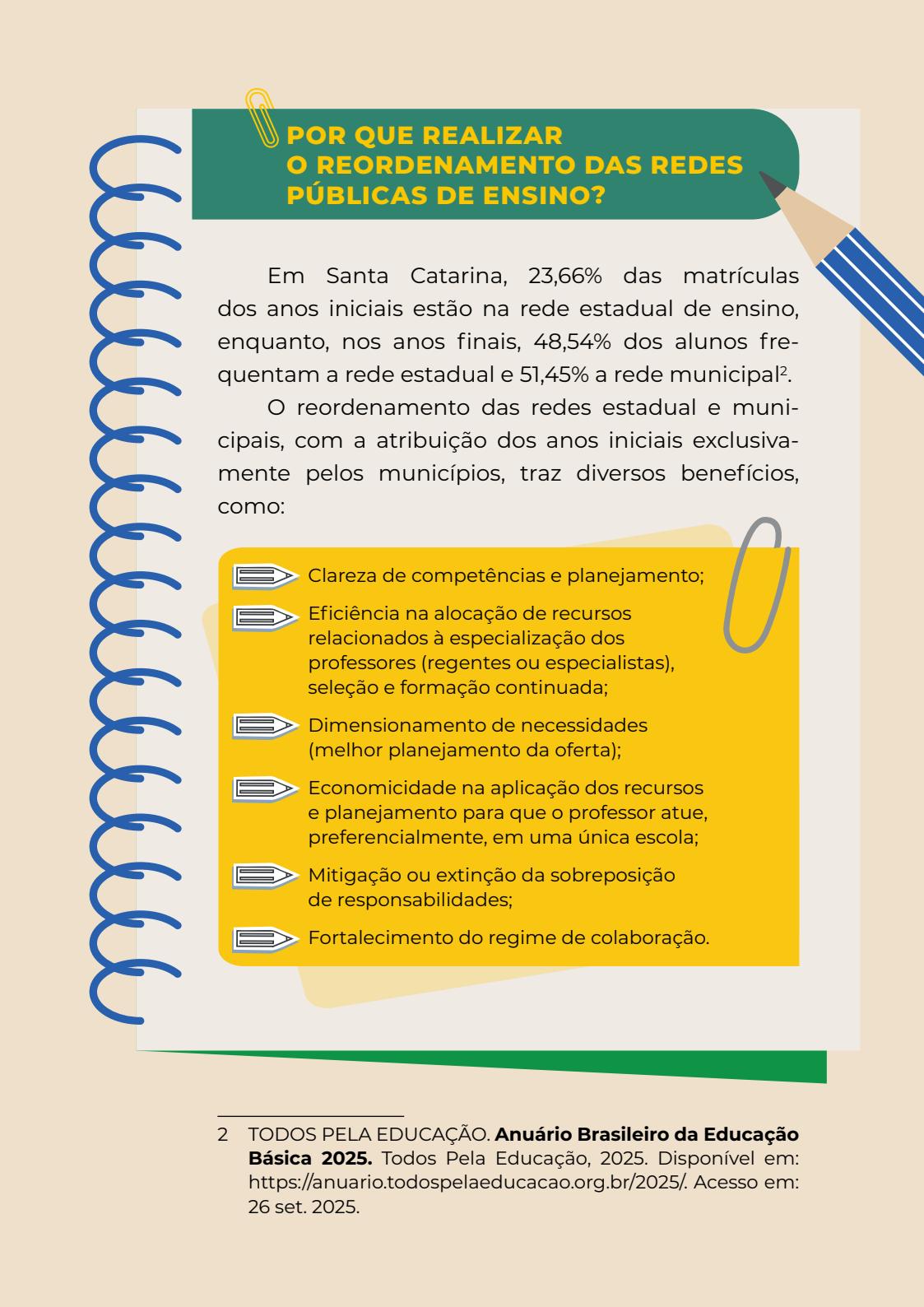


Atendimento de
dos 295 municípios
catarinenses

A aprendizagem está sob constante acompanhamento do TCE/SC. No gráfico a seguir, por exemplo, constata-se o aumento do Saeb agregado (Português e Matemática) nos anos iniciais entre as avaliações de 2021 e 2023, demonstrando praticamente o retorno ao nível de aprendizagem pré-pandemia. Por outro lado, nos anos finais, constata-se a estagnação do índice no mesmo período, não havendo recuperação aos patamares de 2019. Os indicadores do ICMS Educação permitem ao TCE/SC analisar com maior detalhe os pontos de melhoria, a evolução e a regressão de indicadores, e focar nas medidas necessárias, a exemplo do reordenamento das redes públicas de ensino, inicialmente no município de Florianópolis, por meio de mesa de consensualismo entre a Prefeitura e a Secretaria de Estado de Educação.



Fonte: Elaborado pela área técnica do TCE/SC a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.



POR QUE REALIZAR O REORDENAMENTO DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO?

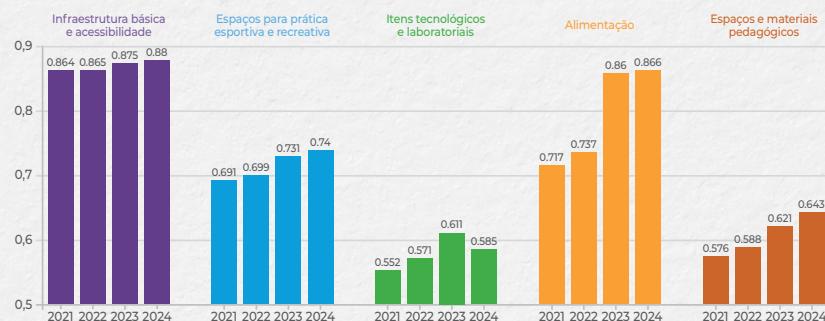
Em Santa Catarina, 23,66% das matrículas dos anos iniciais estão na rede estadual de ensino, enquanto, nos anos finais, 48,54% dos alunos frequentam a rede estadual e 51,45% a rede municipal².

O reordenamento das redes estadual e municipais, com a atribuição dos anos iniciais exclusivamente pelos municípios, traz diversos benefícios, como:

- ➡ Clareza de competências e planejamento;
- ➡ Eficiência na alocação de recursos relacionados à especialização dos professores (regentes ou especialistas), seleção e formação continuada;
- ➡ Dimensionamento de necessidades (melhor planejamento da oferta);
- ➡ Economicidade na aplicação dos recursos e planejamento para que o professor atue, preferencialmente, em uma única escola;
- ➡ Mitigação ou extinção da sobreposição de responsabilidades;
- ➡ Fortalecimento do regime de colaboração.

² TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025**. Todos Pela Educação, 2025. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/>. Acesso em: 26 set. 2025.

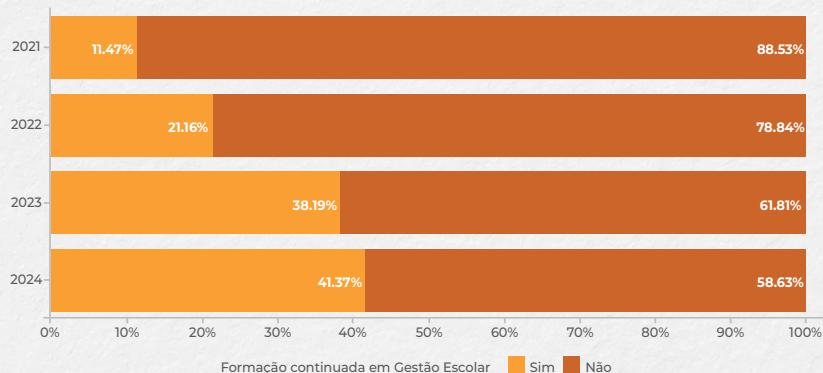
Outro ponto de observação pelo TCE/SC é a infraestrutura, cujos indicadores tiveram a seguinte evolução na rede municipal de ensino de Santa Catarina (2021-2025)



Fonte: ACO 25/80019256.

O trabalho de orientação e palestras realizados pelo TCE/SC também reforçou a importância do adequado preenchimento do censo escolar, o que contribui para a qualidade das informações.

Quanto à porcentagem de gestores com formação continuada em gestão escolar nas redes municipais de ensino, os dados do período de 2021 a 2024 foram os seguintes:



Fonte: ACO 25/80019256.

Projeto de Apoio do Controle Externo à Gestão da Educação

A implementação é a fase crítica e de maior complexidade da política educacional, por ser o momento em que surgem as dificuldades para colocar em prática o planejamento. Consciente de que não basta ao controle apontar erros ou falhas de execução somente após a produção de suas consequências, no ano em que completa os seus 70 anos, o TCE/SC decidiu, como prioridade, entregar aos gestores e à sociedade um referencial de controle da política pública de educação que permita ações de efetiva transformação educacional e o controle concomitante.

Para isso, firmou acordo de cooperação técnica com a organização da sociedade civil Todos Pela Educação³, que, no documento “Educação Já Municípios”⁴ sintetizou, em 20 diretrizes e 60 recomendações, o que as melhores práticas de gestão indicam como o caminho para a efetividade da política de educação.

O referencial de gestão compartilhado pelo acordo está servindo de base para a primeira experiência de implementação na rede municipal de Florianópolis, acompanhada pelo TCE/SC desde a sua concepção, já com a primeira fase do acompanhamento submetida ao Plenário.

3 Disponível em: <https://www.tcesc.tc.br/parceria-entre-tcesc-todos-pela-educacao-e-prefeitura-de-florianopolis-busca-contribuir-para>. Acesso em: 7 out. 2025.

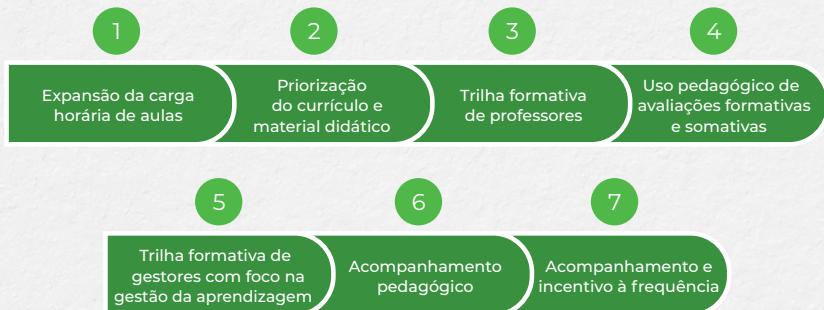
4 Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/educacao-ja-municipal/>. Acesso em: 7 out. 2025.



Cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica n. 007/2025, em março de 2025

O planejamento da iniciativa na Capital catarinense ocorreu no início de 2025, com a definição de ações de curto prazo no primeiro ano do projeto:

As sete ações de curto prazo



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis.

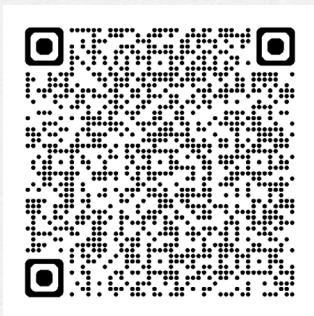
Como principais resultados preliminares decorrentes da execução do plano de curto prazo ao longo de 2025, realça-se:

Ação	Resultados e benefícios
1) Expansão da carga horária das aulas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de quatro para seis aulas semanais de Língua Portuguesa e Matemática para todos os estudantes de 9º ano, alcançando aproximadamente 2.050 alunos; • Aumento de aproximadamente 400 para 2.900 estudantes em tempo integral nos anos iniciais, com a expansão do ensino em tempo integral no 2º e 5º ano, representando 25,43% dos alunos da fase inicial do ensino fundamental.
2) Priorização do currículo e material didático	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento do currículo do ensino fundamental à Base Nacional Comum Curricular (BNCC); • Disponibilização de material didático estruturado para as 39 unidades educativas.
3) Trilha formativa de professores	<ul style="list-style-type: none"> • Formações mensais para os professores para apoia-los no uso dos materiais didáticos disponibilizados, com taxa de participação média acima de 90%.
4) Uso pedagógico de avaliações formativas e somativas	<ul style="list-style-type: none"> • Realizadas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática em março (diagnóstica) e julho; • Avaliação de julho alcançou 5.560 estudantes de 2º, 5º e 9º ano (aproximadamente 84% do total de alunos); • 750 estudantes reconhecidos pelo bom desempenho em evento promovido pela Prefeitura; • Redução média de 45% dos estudantes com defasagem em Língua Portuguesa e Matemática.
5) Trilha formativa de gestores com foco na gestão da aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Formações mensais para gestores com foco em liderança na gestão da aprendizagem, com taxa de participação média acima de 90%.
6) Acompanhamento pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação de equipe de 10 tutores pedagógicos, um para cada quatro escolas. • Realização de visitas duas vezes por semana nas 39 escolas de ensino fundamental para apoiar as equipes gestoras na implementação das políticas públicas. • Reuniões quinzenais com o secretário de Educação e equipe pedagógica da Secretaria para acompanhamento e alinhamento de ações.

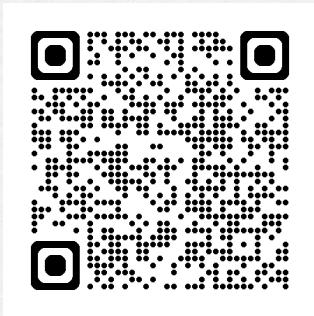
7) Acompanhamento e incentivo à frequência	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de incentivo à frequência e monitoramento periódico de estudantes com faltas iniciadas no 2º semestre, incluindo ações diárias de busca ativa. • Aumento da frequência mensal da rede em 3,4% em relação ao 1º semestre.
---	---

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis.

A iniciativa também constituiu plano estratégico de longo prazo para o período de 2025-2028, denominado “Estratégia de Transformação Educacional de Florianópolis”, que continua tendo o acompanhamento da equipe técnica da Diretoria de Atividades Especiais.



*Saiba mais sobre o andamento do projeto
acessando o primeiro relatório técnico
de acompanhamento.*



*Acesse também o primeiro voto sobre
o projeto apresentado em Plenário,
na sessão de 3 de setembro de 2025.*

O projeto conta ainda com acompanhamento de comitê estratégico formado por representantes do TCE/SC e da Secretaria de Educação de Florianópolis que se reúnem mensalmente para acompanhar a execução dos planos de ação.

Com a constituição do Referencial de Controle da Política Pública de Educação partir deste projeto, o TCE/SC melhor orientará os gestores para o uso de indicadores e de metodologias adequadas de implementação ao longo do ciclo de gestão, priorizando a aprendizagem e a redução das desigualdades.



Reunião do comitê estratégico realizada em novembro de 2025, que contou com a participação do presidente do TCE/SC, conselheiro Herneus João De Nadal





www.tcesc.tce.br



www.flickr.com/photos/tce_sc



+55 48 98808-0875



[/TribContassSC](http://TribContassSC)



@tce/sc



#TCE/SC



Isso é da sua conta



TribunalDeContasSC



@tce/sc



tcesc

